

Aref ignorou afundamento do solo em Moema

Conclusão é de sindicância aberta pela Prefeitura, alegando que ele retardou em 5 anos a restrição aos grandes edifícios no bairro

Luciano Bottini Filho

O ex-diretor do antigo Departamento de Aprovação de Edificações (Aprov) de São Paulo Hussain Aref Saab ignorou o afundamento de imóveis em Moema, na zona sul, e retardou em ao menos cinco anos a restrição ao tamanho dos edifícios no bairro, enquanto moradores reclamavam de danos causados pelo solo frágil da região.

É o que aponta sindicância da Prefeitura. Desde 2001, o bairro sofria de problemas com o rebaixamento do lençol freático pela construção excessiva de subsolos de prédios. Com o atraso em publicar a nova portaria, de 2005, Aref, segundo a sindicância, "favoreceu indevidamente as construtoras e incorporadoras que atuaram no local", o que "agravou a situação do lençol freático e dos terrenos com baixa resistência", aponta a Procuradoria-Geral do Município. Na época, ele também era diretor



Reforma de R\$ 100 mil. Marlene fez acordo com empresa

do Departamento de Planejamento e Normatização Territorial (Deplano).

Segundo a sindicância, Aref manteve com uma servidora, já morta, "encaminhamentos sucessivos, exclusivos e sem qualquer objetividade" do processo para restringir novas obras, depois que técnicos contratados

pelo Município constataram os problemas na região, em 2000. A consequência foi a interdição de 70 casas depois que a Construtora Unihope iniciou uma garagem de dois pisos no subsolo de um prédio da Avenida Iraí, atingindo o lençol freático, em 2005. Procurada, a Unihope diz que "todos os problemas já fo-

ram sanados".

Diretor do Aprov de 2005 até abril de 2012, antes de o órgão ser extinto, Aref ficou conhecido pela denúncia de enriquecimento ilícito e suposta corrupção. Ele tinha renda mensal de cerca de R\$ 20 mil, mas adquiriu 125 imóveis no período, acumulando patrimônio de R\$ 50 milhões. Essa denúncia levou a um outro processo administrativo na Prefeitura para cassar a aposentadoria de Aref. O benefício é pago ao ex-diretor desde 2003.

No caso ligado ao Aprov, o Tribunal de Justiça, em agosto, considerou que a pena de cassação de aposentadoria não caberia mais para Aref, o que não impediria, porém, a investigação das irregularidades enquanto ele ocupava um cargo comissionado da Secretaria de Habitação do Município. O novo processo administrativo, aberto em fevereiro pelo Departamento de Procedimentos Disciplinários do Município, é uma maneira de a Procuradoria conseguir a cassação de aposentadoria de Aref, no valor de R\$ 4.929.

Liminar negada. No dia 14, o Tribunal de Justiça (TJ-SP) negou um pedido de liminar (decisão antecipada) para suspender o novo processo administrativo aberto contra Aref, que sustenta que sua aposentadoria não pode ser cassada. Ele também alega que os atrasos na publicação da portaria para evitar o rebaixamento do solo em Moema não podem ser mais punidos, pois qualquer falta disciplinar naquele período já prescreveu. Procurados, os advogados do ex-diretor do Aprov não se pronunciaram.

ONDE FICA

● Dezenas de casas foram interditadas



Aposentada vive em casa que, no papel, está interdita

● A aposentada Marlene Rigotti Silva, de 72 anos, mora desde 2005 em uma casa interdita na Rua Lúcio Pavon, em Moema, a dois quarteirões do edifício na Avenida Iraí, cuja garagem atinge o lençol freático. Hoje, a interdição é só no papel. Desde o ano passado, ela fez uma reforma de R\$ 100 mil, mas ainda não pode

vender o imóvel, porque continua a constar o risco de desabamento na Prefeitura. Outros vizinhos estão na mesma situação.

Do total gasto, R\$ 72 mil foram pagos, por força de um acordo judicial, pela construtora do edifício. "A Prefeitura interditou a garagem, o corredor. Mas não saiu da casa." A administração municipal diz que a interdição é só na parte externa e que, para que a reforma seja levada em consideração, Marlene precisa apresentar um laudo que comprove a segurança do imóvel. / L.B.F.

PONTOS-CHAVE

Denúncias causaram o fim do Aprov

● **Investigação**
Em maio de 2012, a gestão Gilberto Kassab iniciou apuração contra Hussain Aref Saab, que dirigia o Departamento de Aprovação de Edificações.



● **Riqueza e alvarás**
Entre 2005 e 2012, Aref acumulou 125 imóveis. Além disso, é réu em ação por suposto favorecimento de construtoras na concessão de alvarás.



● **Justiça e governo**
Em 2013, Fernando Haddad acabou com o Aprov. No mesmo ano, a Justiça paulista recebeu a ação de improbidade administrativa contra Aref.

Boleto falso cobra R\$ 335 em nome do governo

Rafael Italiani

Boletos falsos em nome das Secretarias da Fazenda e de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado, cobrando R\$ 335,81 de contribuintes, são alvo de investigação da Delegacia de Crimes Contra a Fazenda, do Departamento de Proteção ao Consumidor e Cidadania (DPPC) da Polícia Civil. As pastas negam emitir as cobranças.

Segundo o delegado titular da divisão, Maurício Guimarães Soares, a investigação foi aberta há uma semana, após um morador do Itaim-Bibi, na zona sul da capital paulista, receber uma cobrança intitulada como "Imposto de Contribuição e Melhoria". A suposta finalidade do boleto é arrecadar dinheiro para Parcerias Público-Privadas (PPPs) do governo do Estado de São Paulo. "Deram a entender que estão cobrando por melhorias feitas na região", afirmou Guimarães.

Segundo o delegado, a empre-

sa que cobra a taxa se chama Aja-to. "Levantamos a origem e descobrimos que se trata de um lugar 'frio', na Avenida Paulista. Já identificamos a conta bancária que está recebendo essa taxa que provavelmente está no nome de algum laranja."

Guimarães diz que ainda não é possível saber quantos contribuintes já pagaram a cobrança indevida, mas os boletos vencem no dia 1.º de junho. "A partir desta data, poderemos ter ideia do tamanho da fraude, já que algumas pessoas que receberam essa cobrança podem pagar só no dia do vencimento."

Os responsáveis pelo golpe podem ser indiciados por estelionato. A Secretaria da Fazenda informou, em nota, que identificou que tanto pessoas físicas quanto jurídicas receberam os boletos. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional colocou o e-mail da Ouvidoria à disposição de quem receber a cobrança indevida: spdr@planejamento.sp.gov.br.



MAIS DIVERTIDO DO QUE VOCÊ IMAGINA.

Viaje nos maiores navios do mundo com a Royal Caribbean International®. Musicais da Broadway, experiência DreamWorks com Shrek, Kung Fu Panda, Alex e toda a turma de Madagascar, além do simulador de surfe FlowRider® são algumas das atrações que a companhia de cruzeiros mais moderna e inovadora do mundo reserva para você e sua família. Viva uma experiência encantadora que vai deixar o Caribe ainda mais inesquecível.

Allure of the Seas®
CARIBE
CRUZEIROS DE 7 NOITES

a partir de
entrada de R\$ 435,80
+10x
R\$174,32
Total R\$ 2.179,00*
por pessoa em cabine interna dupla

Saindo de Fort Lauderdale, Flórida e visitando Labadee, Haiti; Falmouth, Jamaica e Cozumel, México.

Agaxtur
(11) 3067-0900
agaxtur.com.br

CVC
(11) 3003-9282
cvc.com.br/lojas

TAM Viagens
0800 555 20 00
tamviagens.com.br

Nascimento
0800 774 11 10
nascimento.com.br

Visual Turismo
(11) 3235-2030
visualturismo.com.br



royalcaribbean.com.br

facebook.com/royalbrasil

@rccl_brasil

RoyalCaribbeanBrasil



*Câmbio ref: US\$ 1 = R\$ 2,28 - 23/5/2014. O preço varia conforme o câmbio da data da compra. Tarifa: R\$ 2.179,00 por pessoa, em cabine interna dupla, categoria L, em cruzeiro de 7 noites, saída 24/8/2014 (promoção limitada a 7 cabines), exclusivamente cruzeiro, sem taxas de quaisquer natureza. Entrada de 20% e parcelamento em até 10 vezes em cartões de crédito conveniados ou cheque. Preços e condições sujeitos a disponibilidade e alteração sem prévio aviso. ©2014 Royal Caribbean Cruises Ltd. Navios registrados nas Bahamas. Consulte nossas condições gerais no site www.royalcaribbean.com.br

11.3230.6797 | 11.9.4656.4011 | 11.9.9441.4011

www.becomeamericaninvestor.com

info@becomeamericaninvestor.com

GT GreenbergTraurig

ESTAREMOS ASSESSORADOS PELO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA AMERICANO, GREENBERG TRAURIG, ESPECIALISTAS EM IMIGRAÇÃO, TRANSFERÊNCIAS E NEGÓCIOS. DAS 8 ÀS 20 HORA